

ano 19 - n. 30 | julho/dezembro - 2021  
Belo Horizonte | p. 1-268 | ISSN 2447-9926  
R. do Instituto de Hermenêutica Jur. – RIHJ

**Revista do Instituto de  
HERMENÊUTICA JURÍDICA**

**RIHJ**

**FORUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO

# Sumário

Editorial.....	9
----------------	---

## **DOCTRINA**

### Artigos

Luigi Ferrajoli e Virginia Woolf em diálogo: o princípio da igualdade e a igualdade de gênero

<b>Henriete Karam, Williem da Silva Barreto Júnior</b> .....	13
1 Notas introdutórias .....	13
2 A interlocução teórica entre Luigi Ferrajoli e Virginia Woolf .....	16
3 Notas conclusivas.....	23
Referências .....	24

A hermenêutica do Estado democrático e social de direito e o direito fundamental ao trabalho no Brasil e na França

<b>Alexandre Coutinho Pagliarini, Arthur Augusto Garcia</b> .....	27
I Considerações iniciais.....	27
1 O Estado social democrático.....	28
1.1 A importância da Constituição no Estado democrático de direito para a garantia dos direitos fundamentais .....	31
2 O direito fundamental ao trabalho na Constituição francesa de 1958.....	32
2.1 O trabalho na Constituição francesa na visão do Conselho Constitucional .....	34
2.2 Princípios da jurisprudência do Conselho Constitucional em matéria trabalhista.....	37
3 O direito fundamental ao trabalho na Constituição brasileira de 1988.....	40
3.1 Um breve histórico da evolução do direito fundamental ao trabalho nas Constituições brasileiras .....	40
3.2 O direito fundamental ao trabalho e o espírito da Constituição brasileira de 1988... ..	43
II Considerações finais.....	45
Referências .....	46

O direito fundamental à privacidade e suas repercussões na atividade empresarial: uma análise à luz da proteção de dados pessoais

<b>Renata Albuquerque Lima, Átila de Alencar Araripe Magalhães, Ana Lara Cândido Becker de Carvalho</b> .....	49
Considerações iniciais.....	50
1 Panorama geral sobre o conflito entre o direito à privacidade e a necessidade do livre mercado .....	52
2 Efetivação dos direitos humanos fundamentais à luz da ponderação razoável e proporcional .....	55
3 Colisão entre o direito à vida privada e o direito à informação: impasses na esfera empresarial .....	58
4 LGPD: uma possível solução do conflito através da proporcionalidade.....	60
Considerações finais.....	63
Referências .....	64

## Direito à informação e direito ao esquecimento: uma análise da proporcionalidade

<b>Leilane Serratine Grubba, Caroline Bresolin Maia Cadore, Kimberly Farias Monteiro</b> .....	67	
1	Introdução.....	67
2	Direito à memória e direito à liberdade de informação.....	69
2.1	Determinações acerca do direito à memória.....	69
2.2	Direito à memória no ordenamento jurídico brasileiro.....	70
2.3	Direito à informação.....	71
3	Direito ao esquecimento.....	72
3.1	O caso Landru.....	73
3.2	O caso Lebach (BVERFG 35, 202).....	74
3.3	O caso Aída Curi e a decisão do RE nº 1010606 pelo Supremo Tribunal Federal.....	76
3.4	Previsões legais.....	77
3.5	O direito ao esquecimento na realidade da sociedade informatizada.....	79
4	O princípio da proporcionalidade em Robert Alexy e o direito ao esquecimento: uma questão de ponderação.....	80
5	Conclusão.....	83
	Referências.....	85

## Os direitos sociais no paradigma do cosmopolitismo institucional

<b>Teresinha Inês Teles Pires</b> .....	87	
1	Considerações iniciais.....	87
2	Normatividade supranacional dos direitos sociais e sua posição no sistema mundial de proteção aos direitos humanos.....	89
3	Cosmopolitismo democrático e direito cosmopolita: concepção de nação na perspectiva global humanista.....	92
4	As reformas institucionais no sistema das Nações Unidas para a promoção dos direitos sociais.....	96
5	Considerações finais.....	100
	Referências.....	102

## A função contramajoritária do Judiciário nos 30 anos da Constituição de 1988

<b>José Emílio Medauar Ommati, Flávio Quinaud Pedron</b> .....	107	
1	Considerações iniciais.....	107
2	A compreensão do Min. Barroso acerca da função e do papel do Poder Judiciário na Constituição de 1988.....	108
3	A releitura acerca do Poder Judiciário e de sua função contramajoritária no pensamento de Ronald Dworkin.....	110
4	Considerações finais.....	116
	Referências.....	118

## Análise do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 378 sob a ótica do ativismo e da autocontenção judicial

<b>Luana Paixão Dantas do Rosário, Fernando Leal Menezes</b> .....	121	
1	Introdução.....	121
2	O ativismo judicial e o substancialismo hermenêutico de Dworkin.....	123
3	A autocontenção, o procedimentalismo e o minimalismo judicial.....	126
4	Análise da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 378.....	129
4.1	O delineamento da autocontenção e do minimalismo judicial.....	130
4.2	Da insuficiência da abordagem procedimentalista e seu propósito ideológico.....	135
5	Conclusão.....	141
	Referências.....	143

O dilema ético da acolhida humanitária de refugiados: um estudo polissêmico da hospitalidade

<b>André Leonardo Copetti Santos, Lucas Oliveira Vianna</b>	145	
1	Introdução	145
2	Cosmopolitismo e hospitalidade em Kant	147
2.1	As origens gregas da tradição cosmopolita	147
2.2	O cosmopolitismo kantiano e o direito à hospitalidade	149
3	Princípio dialógico e alteridade em Levinas e Buber	152
3.1	A alteridade radical em Emmanuel Levinas	152
3.2	A epifania “eu-tu” em Martin Buber	154
4	A hospitalidade em Derrida	156
4.1	A lei e as leis da hospitalidade	157
4.2	Caridade e tolerância em Derrida	158
5	Multiculturalismo em Taylor e a coexistência	160
5.1	A antropologia filosófica e o juízo tayloriano sobre a modernidade	160
5.2	As relações dialógicas e a construção da identidade	161
5.3	O reconhecimento do outro e a dignidade humana	161
6	Considerações finais	162
	Referências	165

Hermenêutica negra: a compreensão fundada no horizonte histórico

<b>Isaac Pandolfi, Alexandre de Castro Coura</b>	169	
	Introdução	169
1	A colonialidade e a ideia de superioridade de raça: a manutenção da tradição por meio da linguagem	171
2	A decolonialidade e os estudos pós-coloniais: a necessidade de ampliação do horizonte histórico	181
3	Uma hermenêutica negra como estratégia decolonial: o espiral hermenêutico	187
	Considerações finais	192
	Referências	193

Acordo de não persecução penal: uma análise acerca do novo art. 28-A, do Código de Processo Penal, sob a perspectiva do garantismo

<b>André Nicolitt, Fábio Lopes Rodrigues</b>	197	
1	Introdução	197
2	Garantismo penal e Estado pós-democrático	199
3	Justiça negocial e o acordo de não persecução penal	204
4	Considerações finais	212
	Referências	213

Controle regulatório e consequentialismo jurídico – Análise de impacto regulatório como elemento balizador

<b>Filipe Lôbo Gomes, Leonardo Carmo Ribeiro de Lima</b>	215	
	Introdução	216
1	Regulação e poder normativo	217
1.1	Poder normativo das agências reguladoras e a legitimidade democrática	218
2	Análise de impacto regulatório como ferramenta de legitimação e controle	224
3	LINDB, consequentialismo e a análise de impacto regulatório como elemento balizador	229
	Conclusão	234
	Referências	236

(Des)acordo jurídico entre o positivismo normativista e a crítica hermenêutica de direito: uma vereda à tributação constitucionalmente adequada

<b>Victor de Almeida Conselvan, Marciano Buffon</b> .....	239
1 Introdução.....	240
2 Pontos de partida – Delimitando os cernes da questão.....	241
3 Kelsen – Uma teoria pura de um direito “impuro”.....	247
4 Resultâncias do positivismo normativista e o direito tributário Pós-Constituição de 1988.....	253
5 Tributação e direito tributário – Uma necessária revisão.....	255
6 Crítica hermenêutica do direito e a (re)conciliação da tributação com os postulados constitucionais.....	257
7 Considerações finais.....	262
Referências.....	264
 Instruções para os autores.....	 267